

CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA: O QUE DIZEM AS PESQUISAS ACERCA DOS OLHARES E VIVÊNCIAS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Mac Cleide de Jesus Braga Amaral¹

RESUMO

O presente artigo investiga as percepções e experiências de profissionais da educação frente às abordagens de corpo, gênero e sexualidade no contexto escolar. A partir de uma abordagem qualitativa e por meio de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em Gil (2008), foram analisadas produções acadêmicas, incluindo artigos científicos, dissertações e teses que tratam da temática sob uma perspectiva pós-estruturalista. Essa escolha teórico-metodológica permitiu uma análise ampliada das narrativas e debates contemporâneos. Em tal perspectiva, o corpo do texto divide-se em 4 seções: Introdução, onde apresentamos o tema, os objetivos e a perspectiva teórica; Metodologia, que desenha os passos metodológicos para a produção, análise do material e escrita do texto; Resultados e discussão, que possui os 2 subtópicos a seguir: Olhares e vivências de profissionais da educação sobre corpo, gênero e sexualidade e Experiências de uma pesquisadora nos anos iniciais do ensino fundamental, no qual discutiremos acerca de algumas limitações que atravessaram a pesquisa de mestrado, em uma parceria colaborativa com uma professora do 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, juntamente com uma turma formada por 28 crianças; findando com as Considerações e Referências. Os resultados indicam que as práticas e discursos dos(as) profissionais da educação estão atravessados por valores socioculturais, dogmas e inseguranças, o que demonstra as tensões e resistências presentes na abordagem dessas temáticas.

Palavras-chave: corpo, gênero e sexualidade, escola, formação docente, práticas pedagógicas, pesquisa colaborativa.

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema, objetivos e perspectiva teórica

Para a escrita deste texto, escolho a primeira pessoa do singular e opto por utilizar o artigo (a), para me referir às diferentes autoras, levando em conta minha aproximação com as perspectivas pós-críticas, especialmente, pós-estruturalistas, caminho que nos direciona a assumir uma fala particular, uma nova narrativa (Maknamara; Paraíso, 2013).

O presente estudo investiga as percepções e vivências de profissionais da educação em relação às temáticas de corpo, gênero e sexualidade no contexto escolar, além de buscar identificar os desafios e entraves que dificultam a atuação das profissionais da educação nesse campo e pensar potencialidades, escapes e resistências às normatizações. Especificamente, examina-se como essas profissionais abordam essas questões em suas práticas pedagógicas, os

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores de Ciências e Matemática da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Jequié-Ba, mac.jbamaral@gmail.com;

desafios que enfrentam e as possibilidades de desenvolver ações mais eficazes.

A discussão sobre corpo, gênero e sexualidade na escola é complexa, muitas vezes sensível e envolve múltiplos fatores, incluindo a dificuldade das profissionais em abordar essas temáticas, a falta de formação considerada adequada e o receio de reações negativas por parte das famílias. Além disso, as profissionais, muitas vezes, optam pelo silêncio ou pela negação, o que impede o desenvolvimento de discussões e ações significativas (Louro, 2010).

Para alcançar os objetivos propostos, realizei uma pesquisa bibliográfica, cujos estudos se respaldam em referenciais teóricos que abordam as temáticas de corpo, gênero e sexualidade, se aproximando da perspectiva pós-estruturalista. As principais autoras que fundamentam este estudo incluem Louro, Foucault, Paraíso, Butler, Furlani, entre outras, que destacam a importância de abordar essas questões de forma reflexiva e problematizadora, considerando a complexidade e a pluralidade das relações de poder e das normatizações que se estabelecem e atravessam o contexto escolar. Nesse sentido, este estudo busca contribuir para a reflexão sobre as possibilidades de escapes e resistências às normatizações, e como as profissionais da educação podem criar formas de estar no mundo e de se relacionar com as estudantes.

Passos metodológicos produção, análise do material e escrita do texto

A construção deste estudo foi baseada em uma pesquisa bibliográfica ainda incipiente, que envolveu a busca por trabalhos publicados em bancos de dados de produção científica no Brasil, incluindo periódicos, dissertações e teses. Para iniciar uma reflexão sobre as percepções e experiências de profissionais da educação em relação às discussões sobre corpo, gênero e sexualidade no contexto escolar, utilizamos a pesquisa bibliográfica como ferramenta metodológica, apoiada em Gil (2008) e Lakatos e Marconi (2003).

A pesquisa bibliográfica permite uma ampla cobertura de fontes, incluindo publicações avulsas, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, e outros, além de meios de comunicação orais e audiovisuais. Sua finalidade é colocar a pesquisadora em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, ela vai além da repetição, permitindo novas abordagens e conclusões inovadoras (Lakatos e Marconi, 2003).

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica oferece vantagens em relação às pesquisas em campo, como a possibilidade de atingir um espaço amostral maior, graças ao acesso facilitado ao material pesquisado por meio da internet. Neste trabalho, buscamos compreender as características, tendências e perspectivas do trabalho realizado pelas profissionais da educação em relação aos temas de corpo, gênero e sexualidade no contexto escolar, por meio da análise da produção científica dos últimos 05 anos, tendo como objetivo principal, analisar

e descrever o que trazem as produções acadêmicas sobre gênero e sexualidade na escola, com foco para os olhares e vivências de profissionais da educação, especificamente, docentes. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica em sites de instituições de ensino superior, periódicos e bases de repositório da CAPES e SCIELO, abrangendo o período de 2020 a 2025.

A seleção dos trabalhos ocorreu por meio da busca de textos que tratassem sobre a Educação Sexual na Escola, utilizando descritores como: educação sexual, ensino de sexualidade na escola, corpo, gênero e sexualidade. Na próxima seção, intitulada resultados e discussão, que se subdivide em 2 subtópicos, descrevo e discuto os dados produzidos por meio dessa busca, apoiada nos referenciais teóricos que se aproximam das perspectivas pós-estruturalistas, assim como, apresento brevemente, algumas limitações que atravessaram a minha pesquisa de mestrado, em uma parceria colaborativa com uma professora do 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, juntamente com uma turma formada por 28 crianças (Amaral, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Olhares e vivências de profissionais da educação sobre corpo, gênero e sexualidade

Apesar do respaldo legal e de documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que apoiam abordagens sobre sexualidade, corpo e gênero, sua implementação efetiva nas escolas ainda é um desafio significativo. A presença da sexualidade no ambiente escolar é uma constante, independentemente de intenções explícitas ou de disciplinas específicas de educação sexual, conforme apontado por Louro (2014), no entanto, essa presença nem sempre é tratada de forma aberta, o que, por um lado, pode estimular discussões e intervenções, mas por outro, frequentemente gera desconforto, receio, constrangimento, silenciamento, negação e atitudes discriminatórias entre as profissionais da educação.

Considerando o papel fundamental das educadoras na formação dos indivíduos, é relevante investigar suas percepções e práticas a respeito desses temas. A pesquisa acadêmica revela um volume expressivo de produções sobre "educação sexual" e "ensino de sexualidade na escola", com milhares de trabalhos identificados em repositórios como o Periódicos CAPES e a plataforma Scielo. Contudo, o interesse principal não reside apenas na quantidade, mas na maneira como essas discussões são conduzidas na prática escolar, buscando identificar propostas que transcendam as normatizações estabelecidas. Para tanto, após refinamentos, o número de estudos foi reduzido, indicando a escassez de abordagens não convencionais.

Os artigos eleitos para análise após critérios de inclusão e exclusão (últimos 5 anos, ciências humanas e biológicas, área de educação), foram 12 e nesses, percebi que muitas profissionais da educação demonstram sentir-se despreparadas para trabalhar com a Educação Sexual (ES). Uma pesquisa com licenciandas em Ciências Naturais, por exemplo, revelou que a maioria avalia seu conhecimento sobre o tema como "regular" ou "pouco". A formação, quando existe, é restrita à anatomia, reprodução e prevenção, com uma visão reducionista, resultando em insegurança e tabus que dificultam o diálogo e o uso de estratégias pedagógicas democráticas. Nessa mesma linha, Morais, Guimarães e Menezes (2021) constataram que, embora professoras de Biologia reconheçam a importância e a complexidade da ES, elas enfrentam dificuldades devido à falta de recursos e apoio das famílias e da gestão escolar, sentindo-se, muitas vezes, inseguras ou inaptas para abordar a temática.

Em termos de prática, a abordagem da sexualidade no contexto escolar é frequentemente reduzida à perspectiva do risco ou ao enfoque biomédico e biologicista. Campos e Urnau (2021) observaram que a maioria dos agentes escolares desconhece problemáticas graves, como a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA), e a sexualidade é geralmente reduzida à prevenção do risco e vitimização, sem ser trabalhada como tema transversal ou sob a perspectiva dos direitos humanos. Nunes, Kanan e Dresch (2024) confirmaram que, quando a ES é abordada no Ensino Fundamental, isso ocorre majoritariamente por meio de palestras com convidados externos, focando em anatomia, contracepção e prevenção de ISTs, uma visão higienista que se contrapõe à necessidade de explorar a criticidade e a diversidade.

A resistência em adotar uma abordagem ampla é exacerbada por barreiras curriculares e pressões conservadoras. O estudo de Vicente (2024) demonstrou que a atuação incisiva de bancadas políticas conservadoras e a influência religiosa culminaram na supressão dos termos explícitos de gênero e orientação sexual na versão final da BNCC, um retrocesso que, na percepção dos professores, retira a legitimidade da discussão em sala de aula e enfraquece o combate ao preconceito. Essa omissão curricular perpetua a colonialidade de gênero e sexualidade, fenômeno que, segundo Marques e Lara (2024), exige que profissionais, especialmente da Educação Física, assumam uma perspectiva pedagógica decolonial para enfrentar a naturalização de estereótipos e a escassez de programas de ensino que preparem as futuras docentes para incluir esses debates no planejamento.

As profissionais da educação percebem a abordagem da sexualidade e gênero como um tabu e um desafio significativo. Mendel e Miranda (2023), identificaram que a maioria das futuras professoras de Ciências Naturais se sente desconfortável (55,4%) e carece da formação necessária (69,6%) para trabalhar o tema em sala, reforçando a necessidade urgente de

formação inicial e continuada. Em consonância, Monroy-Garzon e Silva (2022), ao analisarem o contexto rural, destacam que a sexualidade adolescente é atravessada por dispositivos de silenciamento, nos quais a escola e outros espaços sociais reforçam ativamente modelos biologicistas, biomédicos e sexistas. Tais profissionais demonstram despreparo, insegurança e tabus, resultando em práticas moralistas e conservadoras que frequentemente julgam e punem a curiosidade e a busca por informações das adolescentes-mulheres.

As expectativas de gênero e o preconceito também se manifestam diretamente no olhar e na prática das educadoras. Garbarino (2021) ressaltou que as expectativas e crenças das professoras em relação ao ser menino versus ser menina permeiam e "deformam" seu olhar sobre o desempenho e a disciplina das alunas. Clichês sexistas são perpetuados, como a expectativa de agressividade física e impulsividade para meninos, e o culto à beleza e docilidade para meninas. Em contraste, a vivência de profissionais engajados pode ser transformadora: Santos e Souza (2020) relataram que a participação em um curso de formação em diversidade de gênero e sexualidade transformou o olhar das professoras, incentivando-as a contestar o preconceito internalizado e a levar esses debates para o ambiente escolar.

A necessidade de espaços seguros e a importância das vivências das estudantes pautam as propostas pedagógicas mais críticas. Freitas e Oliveira (2025) descreveu que o projeto "Entre Elas", construído a partir de demandas de adolescentes por espaços seguros de debate, revelou uma urgência em discutir violências e a importância de a professora de Ciências/Biologia atuar como facilitadora, demonstrando que o estabelecimento de vínculos de confiança é elementar para a desnaturalização da cultura do estupro e o resgate da autoestima. Em contextos específicos, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Dias e Sposito (2021) enfatizaram a importância de os profissionais reconhecerem as singularidades e as experiências de vida das alunas (trabalhadoras, de diferentes origens e crenças) ao elaborar propostas de Educação Sexual, dada a carência de materiais documentais que atendam à transversalidade e à diversidade sexual na modalidade EJA.

Por fim, o reflexo do machismo estrutural e da cisheteronormatividade se manifesta até mesmo nos materiais didáticos, afetando o ensino e a percepção das educadoras. Em uma análise de livros didáticos de Ciências, foi possível perceber a sub-representação do clitóris em comparação ao pênis, reforçando o foco reprodutivo masculino e o apagamento do prazer feminino. As autoras e o autor defendem que essa deficiência é um impeditivo, visto que a formação inicial de professoras é deficitária em relação à anatomia completa do clitóris, inviabilizando uma abordagem mais ampla e contextualizada em sala de aula (Tavares; Melo; Schmitt, 2025).

As teses e dissertações eleitas para descrição e discussão foram 11 no total, sendo 7 dissertações e apenas 3 teses, contexto no qual, creio que por conta da atualização da plataforma sucupira, só foi possível acessar textos entre 2020-2023. Esses textos apontam diferentes e convergentes olhares das docentes acerca das questões de corpo, gênero e sexualidade no contexto educacional.

Marques (2020), em sua dissertação, identificou que professoras de Ciências careciam de formação inicial e continuada sobre o tema, limitando suas práticas pedagógicas à anatomia, fisiologia, reprodução e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), refletindo uma visão biologistica e higienista da sexualidade. Reforçando essa lacuna, Duarte (2023), constatou que a maioria (82,4%) das professoras especialistas da sala de recursos multifuncionais (SRM) não possuía formação em sexualidade e gênero, delegando muitas vezes a responsabilidade do tema a outros profissionais, como psicólogas e enfermeiras, o que resulta em práticas superficiais ou precárias. Complementarmente, Souza (2022), ao analisar calendários escolares da educação infantil, verificou que as temáticas de gênero e sexualidade estavam ausentes das formações continuadas (2015-2019), evidenciando o silenciamento institucional sobre o tema, apesar de sua importância para o desenvolvimento infantil.

As vivências docentes são também fortemente influenciadas por um contexto de disputas políticas e medo da reação familiar, levando ao silenciamento e à autopercepção de despreparo. A formação docente está defasada no tocante à identidade sexual e de gênero, o que gera lacunas prejudiciais no trabalho pedagógico. Essa deficiência se torna um obstáculo prático, conforme observado por Santos (2021), que notou que professoras evitam abordar diretamente as diversidades sexuais (como gays, lésbicas, trans) em sala de aula, muitas vezes devido ao tema ser considerado um tabu ou por acreditarem que não é pertinente à sua disciplina específica. A pressão externa se manifesta de maneira mais aguda, como relatado por Barros (2021), onde docentes que ousaram trabalhar a temática de forma transdisciplinar foram coagidas e tachadas como doutrinadoras da "ideologia de gênero".

Lima (2022), aborda a diversidade sexual e aponta uma divergência entre o debate acadêmico e as práticas pedagógicas na educação básica, argumentando que a escola frequentemente reproduz o discurso heteronormativo devido à falta de formação e de conhecimento das docentes. Para a autora, a formação continuada das professoras, como proposto por programas como o Brasil Sem Homofobia, é essencial para superar a invisibilidade desses temas e combater práticas homofóbicas

Em contextos de violência e homofobia, o papel da professora é complexo e permeado por contradições e a urgência de formação. Quadrado (2023) e Silva (2023), analisando as

experiências de docentes diante da LGBTQIAPNfobia, confirmam que a realidade escolar é desafiadora, marcada pelo medo e pela desvalorização profissional em função de interesses políticos. As professoras reconhecem a necessidade de reflexão e práticas mais adequadas às realidades locais, mas a abordagem do tema muitas vezes fica atrelada às suas experiências pessoais e ao consumo individual de informações. Guarany (2021) observa que, embora as pesquisas sobre o tema estejam em ascensão, a inclusão de gênero e sexualidade nos currículos das licenciaturas frequentemente depende da iniciativa pontual de docentes específicas, indicando uma falta de institucionalização do debate na formação.

Em suma, a abordagem das temáticas de corpo, gênero e sexualidade, embora complexa e delicada, é inevitável para as profissionais da educação. É um processo desafiador que exige a desconstrução de conceitos, a ressignificação de pensamentos e práticas, e a promoção dos "saberes de desaprendizagem" (Thurller, 2019). Como formadoras e colaboradoras na produção de conhecimento, as educadoras devem refletir sobre suas ações, falas, vivências, receios, certezas, temores, e se posicionar, repensando e reconstruindo seus conceitos, especialmente por meio da formação continuada.

Promover o debate, questionar, inquietar e resistir aos preconceitos e silenciamentos são atitudes importantes para a escola se reinventar e se tornar um espaço de acolhimento e transformação social, rumo a uma sociedade mais justa, equânime, humana e que reconheça e valorize a diferença.

Experiências e limitações em uma parceria colaborativa nos anos iniciais do ensino fundamental

Neste subtópico apresento e discuto sucintamente acerca de algumas limitações enfrentadas durante a minha pesquisa de mestrado, em uma parceria colaborativa com uma professora do 5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental, juntamente com uma turma formada por 28 crianças;

Abordar acerca dessas temáticas, me permitiu revisitar as vivências ocorridas ao longo da parceria colaborativa na pesquisa de mestrado, pensando-as como experiências formativas, dando ênfase às limitações advindas da respectiva colaboração. Para Jorge Larrosa Bondía (2011), na experiência, o sujeito não apenas vivencia algo, mas também passa por uma transformação significativa. Essa vivência forma e transforma, portanto, a experiência pode ou não ser resultado da formação ou transformação do sujeito.

Em tal sentido, ao pensar sobre as limitações vivenciadas durante a parceria colaborativa, percebi que estas estão ligadas a enfrentamentos, normas sociais, resistências e

silenciamentos que permeiam a formação docente, como expõe a professora participante da pesquisa. Para ela, falar acerca dessas questões, era algo novo, por nunca ter tido acesso às respectivas abordagens. Houve destaque para o medo de abordar as questões de gênero e sexualidade, por temer ser interpretada como uma docente que estava promovendo “ideologias” ou ameaçando as produções de condições e entendimentos considerados naturais, já que para a professora, sempre foi mais confortável trabalhar se respaldando apenas no conhecimento biológico (Amaral, 2016).

A professora Marina² expressou inquietação ao refletir sobre novas masculinidades e feminilidades e demonstrando preocupação ao tratar de temas como intersexualidade, por conta do estranhamento diante do entendimento social de anormalidade. Além da insegurança, da tensão e do medo, outras preocupações perpassaram a colaboração, como o temor de que discutir marcadores sociais de gênero fosse visto como uma tentativa de subverter normas consagradas socialmente. Diante disso, é importante entendermos a parceria colaborativa como um processo dinâmico, que exige fundamentos essenciais para a produção conjunta de conhecimentos, como confiança, respeito mútuo, compreensão e tolerância, sobretudo diante dos receios e medos que atravessaram a proposta colaborativa (Ibiapina, 2008).

Além dos aspectos supracitados, o discurso religioso, sobretudo cristão, também se somam às limitações ao longo da proposta, a docente ressaltou o receio em apresentar as temáticas nas aulas e sofrer retalhações. Nesse contexto, a relação da professora com questões culturais, valores e crenças, entra em jogo e mesmo após aceitar e repensar sua prática, modificando-a em vários aspectos, notamos que as mudanças ocorrem gradualmente e, portanto, necessitam ser respeitadas.

O processo colaborativo no decorrer da minha pesquisa, foi permeado de contribuições, aprendizagens e limitações, como algumas elencadas neste tópico, logo, vale salientar que a colaboração é visível em situações dialógicas e na interação entre pares. Nessa perspectiva, as limitações vivenciadas, estão concatenadas aos enfrentamentos, olhares normativos, silenciamentos e tantos outros fatores que estiveram presentes durante a parceria colaborativa.

Com base no exposto, observa-se a emergência de práticas pedagógicas que promovam deslocamentos teóricos e epistemológicos, favorecendo a construção de novos saberes. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de criação de espaços formativos que possibilitem a problematização contínua dessas questões, reconhecendo sua presença constante nos ambientes educativos e sua relevância para a construção de uma educação mais inclusiva (Ibiapina, 2008).

² Nome fictício escolhido pela própria professora participante da pesquisa, com a finalidade de preservar o anonimato das participantes da pesquisa.

Os estudos discutidos, a abordagem teórica explorada, assim como a pesquisa em uma perspectiva colaborativa, nos permitem refletir e analisar como as profissionais da educação, apesar dos entraves, podem desenvolver práticas mais eficazes e inclusivas, que considerem as diversidades, as necessidades das estudantes e como podem superar os desafios que dificultam a atuação e abordagens dessas questões na esfera escolar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com base no exposto, vimos que a abordagem de corpo, gênero e sexualidade na educação ainda enfrenta barreiras significativas. As profissionais da educação, muitas vezes, sentem-se despreparadas para lidar com esses temas, com a formação focada em aspectos biologicistas e higienistas, o que perpetua tabus e inseguranças. Essa visão limitada, somada à pressão de setores conservadores e à omissão curricular, dificulta o diálogo e o combate ao preconceito. A falta de preparo e o receio de confrontar expectativas sociais e familiares resultam em silenciamento e práticas superficiais, que reduzem a sexualidade à prevenção de riscos e não a tratam como um tema transversal e de direitos humanos.

No entanto, este estudo também aponta para a importância da formação continuada e da vivência de profissionais engajadas, levando em conta que a participação em projetos e cursos sobre diversidade pode transformar o olhar das educadoras, subvertendo preconceitos internalizados e incentivando a construção de espaços seguros para o debate. A criação de vínculos de confiança com as estudantes e o reconhecimento de suas experiências de vida são essenciais para que a escola se torne um ambiente de acolhimento do diferente e de transformação. Essas iniciativas demonstram que, mesmo com a resistência externa, é possível construir uma prática pedagógica mais crítica e decolonial, que questione estereótipos e promova a equidade.

A superação dos desafios em torno das temáticas de corpo, gênero e sexualidade na escola exige um esforço contínuo e multifacetado. É elementar investir na formação inicial e continuada das educadoras, formando-as não apenas em termos de conteúdo, mas também na desconstrução de seus próprios preconceitos e medos. A parceria colaborativa entre pesquisadoras e docentes, como a descrita no texto, pode ser um caminho promissor para enfrentar a insegurança e o receio, construindo práticas pedagógicas que promovam o diálogo, o reconhecimento e à valorização da diferença. Ao se posicionarem de forma crítica, questionadora e humanizada, as profissionais da educação podem reinventar a escola como um espaço de resistência e acolhimento, fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Mac Cleide de Jesus Braga. “**Ta vendo gente? Dá certo! É como eu sempre falo: a palavra comove, mas o exemplo arrasta**”: análise de uma ação colaborativa sobre as temáticas corpos, gêneros e sexualidades no ensino fundamental. (Dissertação de Mestrado) - Jequié, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Jequié - Bahia, 2016.
- BARROS, Ariana Braga Campinho Silva. **Ressonâncias da Lei Municipal nº 2.985 de 19 de dezembro de 2017 de Petrolina/PE: discurso, mídia digital e sociedade sobre gênero e sexualidade**. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2021.
- BUTLER, J. **Problema de Gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2015.
- DUARTE, Júlia Maria Marques. **Profissionais do Atendimento Educacional Especializado e suas práticas relativas à sexualidade com estudantes público alvo da Educação Especial**. 2023. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2023. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/3511>. Acesso em: 15 set. 2025.
- CAMPOS, Denise Carvalho; URNAU, Lílian Caroline. Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 102, n. 261, e221612, 2021. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep>. Acesso em: 03 out. 2025.
- DIAS, Danielly Ferreira; SPOSITO, Neusa Elisa Carignato. Educação sexual: uma sequência didática para a EJA de uma escola de assentamento. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e231147, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-469820210001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2025.
- FREITAS-OLIVEIRA, Isadora de. Projeto Educacional "Entre Elas": construção de vínculos, resgate da autoestima e prática da sororidade na educação básica. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, e300048, 2025. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782025000100231&lng=es&nrm=iso. acessado em 02 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782025300048>.
- GARBARINO, Mariana Inés. Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 51, e260011, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782021000100207&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2025.
- GUARANY, Ann Letícia Aragão. **Que gênero de currículo é esse? Gênero e sexualidade nos currículos dos cursos de licenciatura da UFS**. 2021. 367 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15458>. Acesso em: 01 ago. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Liber Livros, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, dez. 2011. DOI: 10.17058/rea.v19i2.2444. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/2444>. Acesso em: 7 set. 2025.

LIMA, Alisson Marques da Silva. **A diversidade sexual no contexto educacional brasileiro: entre os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade** – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico” In: LOURO, G. L.; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARQUES, João Paulo; LARA, Larissa Michelle. Pedagogia decolonial e intersecções entre corpo, gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 46, e20240052, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/i/2025.v47/>. Acesso em: 18 Out. 2025.

MENDEL, A. P. C.; MIRANDA, J. C. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO SEXUAL: O RETRATO DE UM CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS**. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 216–248, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7684817. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939>. Acesso em: 1 nov. 2025.

MONROY-GARZON, Adriana Marcela; SILVA, Kênia Lara da. Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 26, e210572, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1365003>. Acesso em: 12 out. 2025.

MORAIS, Nívea Aparecida Alves de; GUIMARÃES, Zara Faria Sobrinha; MENEZES, João Paulo Cunha de. Educação sexual: as percepções de professores de Biologia do ensino médio. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 14, n. 1, p. 135-156, 2021. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/395>. Acesso em: 13 out. 2025.

NUNES, Renata Barbosa; KANAN, Lilia Aparecida; DRESCH, Jaime Farias. Percepção de professores a respeito das práticas pedagógicas em educação sexual no espaço escolar. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 20, n. 51, e14938, 2024. DOI: 10.22481/praxisedu.v20i51.14938. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/15470>. Acesso em: 7 out. 2025.

MARQUES, Caroline Dias. **As percepções das professoras sobre gênero, sexualidade e suas relações no Ensino de Ciências**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020. DOI: 10.5585/49.2024.25433.

MAKNAMARA, M., & PARAÍSO, M. A. (2013). Pesquisas pós-críticas em educação: notas metodológicas para investigações com currículos de gosto duvidoso. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, 22(40), 41-53. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432013000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 nov. 2025.

QUADRADO, Beatriz Floôr. **“A escola tem que ser livre”: designações de gênero e a performatividade cisheteronormativa nas experiências docentes sobre homofobia e as sexualidades (re)existentes**. 2023. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/3872>. Acesso em: 18 out. 2025.

SANTOS, Beatriz Rodrigues Lino dos; SOUZA, Marcos Lopes de. Novos olhares sobre gênero e sexualidade Transformações advindas de um curso de formação docente. **Revista Diversidade e Educação**, Jequié, v. 14, n. 28, 2020.

SANTOS, Gustavo Ferreira dos. **Sexualidades, homofobia e educação: trajetos discursivos de docentes e discentes de escolas públicas do ensino médio do sudoeste goiano**. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2021. Disponível em: sophia.ufj.edu.br/index.php?codigo_sophia=327187. Acesso em: 7 out. 2025.

SOUZA, Marcos Rogério dos Santos. **Luzes acesas sobre gênero e sexualidade na formação continuada da educação infantil de Sapucaia do Sul/RS**. 2022. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/3515>. Acesso em: 19 out. 2025.

TAVARES, Bruno; MELO, Maria Eduarda de; SCHMITT, Matheus D'avila Melo. A parte que falta: uma análise comparativa entre o conteúdo sobre clitóris e pênis em livros didáticos de Ciências do PNL 2024. **Ensaio: Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 27, e45565, 2025. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172025000100210&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 de novembro de 2025. Publicado eletronicamente em 20 de abril de 2025. <https://doi.org/10.1590/1983-2117-55702> .

VICENTE, Luciane da Silva. A educação sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: da abertura ao silenciamento em torno da temática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e45439, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/45439>. Acesso em: 20 out. 2025.